

COMUNICADO DO PROCESSO SELETIVO  
Nº 01/2012

## ANALISTA JURÍDICO

### Caderno de Prova

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as 60 (sessenta) questões objetivas, ordenados de 1 a 60, seguido de um Estudo de Caso acompanhado de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala as providências cabíveis.
2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.
3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.
4. A folha de texto definitiva da prova de Estudo de Caso não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova do(a) candidato(a).

MARQUE ASSIM

NÃO MARQUE ASSIM

5. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação.
6. No momento da identificação, o(a) candidato(a) deverá escrever, no espaço apropriado do cartão-resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

**A Natureza só é comandada se é obedecida.**

7. O tempo máximo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta, contadas a partir da autorização dada pelo chefe de sala.
8. O(A) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e da escola, não podendo mais ir ao banheiro.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
10. O(A) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, 30 minutos antes do término da prova.
11. O não cumprimento a qualquer uma das instruções deste caderno de prova poderá implicar na anulação da sua prova.
12. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas marcadas no cartão-resposta.
13. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova em até 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação do gabarito oficial, que estará disponível no site [www.ibeg.org.br](http://www.ibeg.org.br) ou [www.ibegconcursos.com.br](http://www.ibegconcursos.com.br)

**Desejamos sucesso!**  
**Coordenação Geral do Processo Seletivo**

De acordo com cada questão de 1 à 60, o(a) candidato(a) deverá assinalar a opção “C” para Certa ou “E” para Errada, referente a cada questão do cartão resposta. O(A) candidato(a) que assinalar para cada questão mais de uma resposta terá a questão anulada.

## LÍNGUA PORTUGUESA - BLOCO 1

### Texto I

Jamaxi: a poesia da miração do Acre (fragmento)

Fui além do Xapuri  
buscar poemas dispersos  
e trago em meu jamaxi  
flores, frutos, alguns versos...

Jamaxi ou jamaxim  
– escreva como lhe apraz –  
o que importa para mim  
é o que do Acre dentro traz.

Jamaxi, cesto ou paneiro,  
de cipó trançado e feito,  
é a carga que o seringueiro  
traz nas costas presa ao peito.

Ao seu peso recurvado,  
nele transporta o que quer,  
vem do centro carregado,  
volta levando o que der.

O meu jamaxi encerra  
um passado que é presente,  
angústias da minha terra,  
misérias da minha gente.

Borracha, couro ou castanha,  
decepções, desenganos  
e as flores que a gente apanha  
na vida ao passar dos anos.  
(...)

(Ocêlio de Medeiros. “Jamaxi: a poesia do Acre”. Editora Arquimedes, 1979.)

A partir da leitura compreensiva do texto, das estruturas sintáticas nele presentes e das regras da norma padrão da língua portuguesa, julgue as questões em Certo ou Errado.

**Questão 1.** Relacionando o título com o conteúdo do poema, pode-se concluir que o “jamaxi” (cujo significado original encontra-se na 3ª estrofe) tem o seu sentido recriado e ampliado pelo autor.

**Questão 2.** Os versos 1 e 2 poderiam, respeitando-se o seu sentido original e a norma padrão, ser reescritos assim: Fui além do Xapuri/ afim de buscar poemas dispersos.

**Questão 3.** No verso “escreva como lhe apraz”, a segunda oração introduz ideia de conformidade em relação à primeira.

**Questão 4.** Utilizando-se da licença poética, o autor deixou de observar as regras de concordância nominal ao empregar “presa” (verso 12).

**Questão 5.** O verbo “encerra”, no verso 17, classifica-se como transitivo direto e apresenta, a partir do verso 18, uma sequência de complementos ou objetos diretos.

**Questão 6.** Em “e as flores que a gente apanha”, o pronome relativo destacado poderia ser substituído por às quais.

**Questão 7.** Os vocábulos “angústias” e “misérias” acentuam-se pela mesma regra.

Leia com atenção o texto a seguir.

### Texto II

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários: a) alguém que comunique, b) algo a ser comunicado e c) alguém que receba essa comunicação.

(<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/index.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm)>  
Acesso em: 04/11/12.>)

Julgue os itens considerando os aspectos gerais da redação oficial.

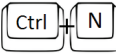
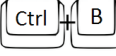
**Questão 8.** No caso da correspondência oficial, o emissor é sempre o Serviço Público.


**Questão 9.** Sendo o destinatário da comunicação um indivíduo ou um órgão público, a impessoalidade deve reger o tratamento dado ao conteúdo, já que a redação oficial limita-se a questões referentes ao interesse público.

**Questão 10.** As impressões individuais, no universo da comunicação oficial, só podem se fazer presentes no memorando, caso esteja assinado pelo chefe de determinada Seção.

## CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

**Questão 11.** Podemos considerar como hardware a parte física do computador, que resumidamente funciona em torno de uma unidade central de processamento (CPU), consumida por um conjunto de dispositivos de entrada e saída de dados, além dos dispositivos de armazenamento e comunicação.

**Questão 12.** Nos aplicativos do pacote MS Office 2010, o comando  é utilizado para aplicar a formatação “negrito” no texto selecionado, o comando  é utilizado para salvar o documento.

**Questão 13.** No Microsoft Office Excell, o botão  é utilizado para aumentar o tamanho da célula, permitindo que o texto seja escrito em apenas uma linha.

**Questão 14.** O Webmail serve para enviarmos e receber-

mos mensagens a partir de um software, necessitando o uso de programas específicos no computador para este fim. Os exemplos mais conhecidos de webmail são o Outlook e o Windows Mail.

**Questão 15.** Os atuais sistemas operacionais utilizam a organização dos arquivos em pastas. Estas por sua vez podem ser acessadas e organizadas da forma que for mais conveniente para o usuário. É possível organizar o conteúdo de uma pasta pela data de modificação dos arquivos, do mais antigo para o mais recente e vice-versa.

## ATUALIDADES

**Questão 16.** Nos Estados Unidos, o democrata Barack Obama venceu o republicano Mitt Romney e foi reeleito presidente, com quase metade dos votos. Foram as eleições presidenciais mais disputadas das últimas décadas, com os candidatos empatados nas pesquisas de opinião. Em 2006, Obama foi eleito o primeiro presidente negro dos Estados Unidos. O desafio era encerrar duas guerras desgastantes para os americanos, no Iraque e no Afeganistão, e, principalmente, tirar o país da maior crise econômica desde o crack da Bolsa de 1929. A situação econômica do país também não melhorou muito. Hoje, a maior preocupação do povo americano é a taxa de desemprego de 13%. Outro problema é o déficit público (quando o Estado gasta mais do que arrecada em impostos), que ultrapassou US\$ 2 trilhões.

<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/politica-internacional>, com adaptações

**Questão 17.** O torneio da Copa das Confederações será disputado de 15 a 30 de Maio de 2013 nas cidades de: Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. O sorteio da tabela da competição será realizado em 1º de dezembro, em São Paulo. A venda oficial de ingressos terá início em 3 de dezembro. Antes, entre 21 e 30 de novembro, haverá um período de pré-venda para clientes da Visa. Além do Brasil, país anfitrião, estão qualificados para a Copa das Confederações outros campeões mundiais: Uruguai, Itália, Inglaterra, Espanha. Completam a lista de seleções qualificadas México e Estados Unidos. O representante da África será o Egito.

<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia>, com adaptações.

**Questão 18.** O Brasil, de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), atingiu as metas estabelecidas em todas as etapas do ensino básico (— anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio). Nos anos iniciais (primeiro ao quinto), o Ideb nacional alcançou 5,0. Ultrapassou não só a meta para 2011 (de 4,6), como também a proposta para 2013, que era de 4,9. Nessa etapa do ensino, a oferta é prioritariamente das redes municipais, que concentram 11,13 milhões de matrículas, quase 80% do total. O Ideb para os anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal foi calculado em 5.222 municípios. A meta para 2011 foi alcançada por 4.060 deles (77,5%).

<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>

**Questão 19.** Senado aprova projeto sobre crimes ciber-

néticos. Infrações relacionadas ao meio eletrônico como invadir computadores, violar dados de usuários ou derrubar sites estão mais perto de se tornarem crimes. Foi aprovado no Senado nesta quarta-feira (31) o Projeto de Lei da Câmara 35/2012, que altera o Código Penal para tipificar como crime uma série de delitos cibernéticos. A proposta ganhou o apelido de “Lei Carolina Dieckmann” por ter entrado em pauta na Câmara logo após vazamento de fotos pessoais da atriz. Como recebeu emendas no Senado, a matéria segue agora para revisão da Câmara dos Deputados, onde já foi aprovada em maio deste ano.

<http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/10/>, com adaptações

**Questão 20.** Após cerca de quatro meses de trabalho de coleta e supervisão, durante os quais trabalharam 230 mil pessoas, sendo 191 mil recenseadores, o resultado do Censo 2010 indica 190.732.694 pessoas para a população brasileira em 1º de agosto, data de referência. Em comparação com o Censo 2000, ocorreu um aumento de 20.933.524 pessoas. Esse número demonstra que o crescimento da população brasileira no período foi de 12,3%, inferior ao observado na década anterior (15,6% entre 1991 e 2000). Embora com perda de participação, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro representam 40,28% no total da população em 2010 (frente aos 40,82% em 2000). Em dez anos, os destaques de crescimento foram verificados no Amapá (40,18%), Roraima (39,10%) e Acre (31,44%). Por outro lado, os menores percentuais ocorreram no Rio Grande do Sul (4,98%), Bahia (7,28%) e Paraná (9,16%).

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1766](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766)

## ESPECÍFICA DO CARGO - BLOCO 2

**Questão 21.** Quando um negócio jurídico se encontra maculado por vício que a lei considera de menor gravidade, afetando apenas as partes que celebraram o aludido negócio, o Código Civil vigente considera o negócio jurídico como “ANULÁVEL”, sendo certo que consoante o referido diploma legal o prazo DECADENCIAL geral para que seja alegada a sua “anulabilidade ou nulidade relativa” é de três anos, salvo situações específicas dispostas em lei, quando poderá ter sido estipulado outro prazo decadencial.

**Questão 22.** Quando a personalidade jurídica de uma empresa é utilizada de forma abusiva por seus sócios, os quais tentam praticar fraudes contra terceiros ocultando-se atrás da personalidade de uma pessoa jurídica criando-se uma confusão patrimonial a fim de não honrar com seus compromissos, poderá o Juiz, de acordo com o art. 50 do Código Civil, decretar a desconsideração da personalidade jurídica de uma empresa a fim de que os efeitos de certas e determinadas obrigações possam ser estendidos ao patrimônio “PESSOAL” de seus sócios.

**Questão 23.** Quando existe ação judicial já proposta em face do devedor e este, de manifesta má-fé, realiza alienações de seu patrimônio levando-o a insolvência, ocorre à chamada fraude à execução, haja vista que tais negócios jurídicos celebrados pelo devedor ofendem não apenas os seus credores mas também a coletividade em

geral, podendo tais negócios jurídicos serem desconstituídos através de distribuição da competente ação pauliana.

**Questão 24.** De acordo com o artigo 17 da Lei 8.078/90, quando se origina um dano decorrente de uma relação de consumo a terceiro estranho a tal relação, a responsabilidade do fornecedor de tal serviço continua sendo objetiva em relação ao terceiro lesado, sendo este legalmente considerado como uma “vítima da relação de consumo”.

**Questão 25.** De acordo com a Teoria Geral dos Contratos no Ordenamento Jurídico Brasileiro, o princípio da função social do contrato realça a necessidade de cumprimento do contrato, eis que caso contrário se afetaria a segurança jurídica dos pactos contratuais. Deste princípio se extraem os conceitos do “pacta sunt servanda” e da possibilidade de revisão dos contratos no Direito Brasileiro.

**Questão 26.** Dentre as mais importantes características da tutela cautelar, duas são consideradas fundamentais, quais sejam: a instrumentalidade, consistente no fato de estar sempre relacionada a uma “ação principal”, tendo sua eficácia sempre condicionada ao pedido ou ação principal; a fungibilidade, que se refere ao fato do Juiz não estar restrito ao pedido do autor da ação cautelar, podendo determinar a realização de outra medida de natureza cautelar mais adequada ao caso concreto que a inicialmente requerida.

**Questão 27.** No caso de duplo grau de jurisdição obrigatório, consoante os termos do artigo 475, §1º do Código de Processo Civil, na hipótese do juiz não providenciar a remessa dos autos ao Tribunal, o presidente deste ou o Procurador Geral de Justiça poderão avocar os autos, de ofício ou a requerimento do interessado.

**Questão 28.** A existência de uma demanda judicial em curso, a demonstração imediata da verossimilhança da alegação, o pedido expresso da parte requerente, a possibilidade de reversão da situação fática após a concessão da medida e revogação da medida, bem como o recolhimento de caução através de depósito judicial são os requisitos descritos no Código de Processo Civil para a concessão de medida judicial requerida em sede de antecipação de tutela.

**Questão 29.** A Teoria Ultra Vires fundamenta a possibilidade de responsabilização dos sócios de uma pessoa jurídica em decorrência dos atos abusivos praticados pelo sócio ou administrador da mesma.

**Questão 30.** As exceções processuais e a reconvenção são modalidades de respostas do réu que são perfeitamente admitidas nos processos judiciais de ritos sumários.

**Questão 31.** A taxa é uma modalidade de tributo que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal, consoante disposto no artigo 16 do Código Tributário Nacional, não podendo haver destinação

específica de sua arrecadação.

**Questão 32.** De acordo com o Princípio da Capacidade Contributiva, a tributação deve ser mais intensa quanto maior for à base de cálculo, ou seja, a riqueza demonstrada na operação. Tal regra deve ser utilizada para os tributos do IR, o ITR e o IPTU.

**Questão 33.** A moratória, os recursos administrativos, o parcelamento administrativo de débitos e a remissão são causas de “suspensão” da exigibilidade do crédito tributário, de acordo com o Ordenamento Jurídico Brasileiro.

**Questão 34.** O Imposto sobre a Importação não se sujeita ao Princípio da Legalidade, dada a possibilidade de alteração de alíquotas pelo Poder Executivo, bem como não se sujeita ao Princípio da Anterioridade, podendo haver alterações imediatas quando da noventena.

**Questão 35.** A Imunidade Tributária Recíproca diz que, de acordo com o artigo 150, VI, da Constituição Federal há vedação aos entes tributantes, quais sejam, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, instituírem impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros.

**Questão 36.** Como cediço, o SEBRAE possui Regulamento Próprio de Licitações e Contratos Administrativos. Contudo, mesmo possuindo tal regulamento autônomo, nos casos omissos em tal regulamentação deve ser aplicado os ditames da Lei 8.666/93 a fim de suprimir tais omissões.

**Questão 37.** Haja vista que o SEBRAE recebe recursos financeiros provenientes do erário público, encontra-se sujeita a fiscalização promovida pela Controladoria Geral.

**Questão 38.** De acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, a licitação será inexigível para a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrarem cursos abertos para treinamento e aperfeiçoamento dos empregados ou prestar serviços de instrutoria vinculados a sua atividade fim.

**Questão 39.** Nas licitações de obras, compras e serviços do Sistema SEBRAE, as empresas de pequeno porte e as microempresas terão tratamento favorecido e diferenciado, objetivando-se a promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como o fomento do desenvolvimento local, por meio dos arranjos produtivos locais.

**Questão 40.** No caso de licitação realizada pelo SEBRAE na modalidade convite e concorrência, havendo empate entre duas propostas e tendo sido uma delas apresentada por microempresa, será assegurada a esta a preferência na contratação do serviço objeto do certame, devendo-se considerar como propostas empatadas aquelas que sejam apresentadas por microempresas que sejam de igual valor ou superior até o percentual de 15% daquela classificada em primeiro lugar.

**Questão 41.** O Trabalho Autônomo, a Representação

Comercial, o Estágio, a Residência Médica, o Trabalho Eventual e o Trabalho Voluntário podem ser considerados, de forma geral, como formas de Relações de Trabalho “Empregatícias”.

**Questão 42.** No caso do aposentado, se assim desejar, poderá levantar o saldo disponível em todas as suas contas vinculadas do FGTS na data da concessão de sua aposentadoria, inclusive de seu atual e vigente contrato de trabalho e, mesmo continuando a laborar para a mesma empresa, esta deverá continuar depositando o devido recolhimento de seu fundo na conta vinculada daquele, sendo-lhe permitido, no entanto, a realização de novos saques, ainda que mensalmente, mediante simples solicitação.

**Questão 43.** No caso do contrato por prazo determinado, podemos dizer que o mesmo poderá ser celebrado em razão de serviço de natureza transitória que justifique a predeterminação do prazo, cuja estipulação máxima será de dois anos.

**Questão 44.** O membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito “a estabilidade/garantia” de seu emprego, eis que não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, tendo sua competência dentro do sindicato, cingida a fiscalização financeira do sindicato.

**Questão 45.** O registro de candidatura de empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de cumprimento do aviso prévio, ainda que indenizado, assegura ao referido empregado à devida estabilidade, devendo ser reintegrado as suas funções.

**Questão 46.** Dentre as funções do Tribunal de Contas da União, podemos afirmar que julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público, bem como apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório estão entre as suas atribuições.

**Questão 47.** A fim de atingir interesse comum, pode a Administração Pública firmar “convênio” com entidades públicas e privadas a fim de estabelecer uma forma de cooperação. Este tipo de pacto difere-se, fundamentalmente, dos contratos administrativos em razão dos interesses entre as partes não serem conflitantes e sim comuns; por haver mútua colaboração entre os partícipes para atingir-se um fim comum e que os pagamentos efetuados são integralmente voltados para a execução do objetivo expresso no convênio e não como contraprestação remuneratória.

**Questão 48.** O Poder Judiciário pode rever o ato discricionário sob o aspecto da legalidade, mas não pode analisar o mérito do ato administrativo (conjunto de alternativas válidas), salvo quando inválido, podendo analisar, desta forma, o ato sob a ótica da eficiência, da moralidade, da razoabilidade, pois o ato administrativo que contrariar estes princípios não se encontra dentro das opções válidas.

**Questão 49.** O Poder Administrativo de Polícia se define pela permissão da Administração Pública em rever internamente os seus atos administrativos, estabelecendo a subordinação administrativa, a qual se materializa fundamentalmente, nas ordens, fiscalização, revisão e no dever de obediência.

**Questão 50.** De acordo com o entendimento consagrado do Supremo Tribunal Federal, o Poder Judiciário, quando determina a revogação de ato administrativo, determina que não se atinjam os efeitos futuros deste, produzindo tal determinação efeitos “ex nunc”, não alcançando os direitos adquiridos daí oriundos.

## CONHECIMENTOS DO SEBRAE

**Questão 51.** As contratações de obras, serviços, compras e alienações do Sistema SEBRAE serão sempre, necessariamente, precedidas de licitação, obedecidas as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

**Questão 52.** Nas licitações realizadas pelo SEBRAE, sempre se exige da empresa vencedora, sob pena de desclassificação, a SUBCONTRATAÇÃO de microempresa ou de empresa de pequeno porte para a execução do serviço objeto do certame, desde que o montante a ser contratado não exceda o percentual máximo de 20% do total licitado.

**Questão 53.** No Brasil, o empreendedorismo começou a se desenvolver na década de 1990, com a abertura da economia. A entrada de produtos importados ajudou a controlar os preços, uma condição importante para o país voltar a crescer, mas trouxe problemas para alguns setores que não conseguiam competir com os importados, como foi o caso dos setores de brinquedos e de confecções, por exemplo. Para ajustar o passo com o resto do mundo, o país começou a mudar. Empresas de todos os tamanhos e setores tiveram que se modernizar para poder competir e voltar a crescer, tendo o governo dado início a uma série de reformas, controlando a inflação e ajustando a economia. Desta forma, em poucos anos o País ganhou estabilidade, planejamento e respeito e a economia voltou a crescer, criando-se novos postos de trabalho e atraindo investidores de outros países que voltaram a aplicar seu dinheiro no país.

**Questão 54.** O SEBRAE do Estado do Acre tem como associados instituidores, dentre outros: Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia S/A, Banco do Brasil S/A e a Universidade Federal do Acre – UFAC.

**Questão 55.** O Regime Especial Unificado de Arrecada-

ção de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional se aplica, dentre outros, ao CSLL – Contribuição sobre o Lucro Líquido, sobre o COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, sobre a Contribuição para o PIS/PASEP e para o ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

**Questão 56.** São modalidades de licitação previstas no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE: a concorrência, o convite, a tomada de preços, o concurso, o leilão e o pregão.

**Questão 57.** O empreendedor deve possuir algumas qualidades pessoais que são essenciais para a prática do empreendedorismo, dentre as quais podemos citar: medo de se arricar em negócios, subordinação, visão, decisão, capacidade de trabalhar em grupo e atitude de respeito humano.

**Questão 58.** A Lei Complementar nº 123/2006 e suas posteriores modificações instituem que são consideradas microempresas aquelas que auferiram, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e como empresa de pequeno porte, aquelas que auferiram, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

**Questão 59.** A fim de ampliar a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nos processos licitatórios realizados pelo SEBRAE, todas as suas unidades vinculadas estão obrigadas em seus instrumentos convocatórios a dispor sobre os critérios de tratamento favorecido, diferenciado e simplificados destinados a estas empresas.

**Questão 60.** A estrutura básica do SEBRAE/AC é composta do Conselho Deliberativo Estadual, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

## ORIENTAÇÕES GERAIS PROVA DE ESTUDO DE CASO

A folha de texto definitivo da prova de Estudo de Caso não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova do(a) candidato(a).

Leia com atenção as instruções abaixo.

O candidato receberá nota zero na prova de Estudo de Caso, quando:

1. Existir fuga ao tema;
2. Houver texto com quantidade inferior a 20 (vinte) linhas ou superior a 30 (trinta) linhas;
3. Houver texto escrito a lápis ou a caneta diferente da citada no comunicado 01/2012;
4. Apresentar letra ilegível ou em outro vernáculo;
5. O Estudo de Caso estiver em branco;
6. Estiver escrito em versos, em formato estritamente narrativo ou com formas não verbais, símbolos, desenhos e números;
7. Não serão distribuídos folhas suplementares para rascunho e nem para versão final do Estudo de Caso;

### PROVA DE ESTUDO DE CASO

**A) Compare, resumidamente, os institutos da tutela antecipada e do Processo Cautelar.**

**B) Pode haver ordem liminar em Processo Cautelar ou a partir de um pedido de tutela antecipada? Explique os pontos apresentados através de um texto dissertativo em prosa.**

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	

RASCUNHO